

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente
CRC – RO Nº. 28 - CVM Nº 5843 – CNAI Nº 87

Porto Velho, 31 de maio de 2019.

À
SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH
PORTO VELHO – RO

Prezados Senhores,

Atendendo ao disposto no contrato de prestação de serviços de Auditoria Independente, firmado com V. Sas., em 27-05-2019, procedemos à revisão das Demonstrações Contábeis encerradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Consoante às Normas de Auditoria, efetuamos, em bases de teste, a nossa revisão dos Controles Internos, dos procedimentos e dos Controles voltados, para o atendimento de Normas Regulamentares, incluindo a definição do modelo padrão de apresentação das Demonstrações Contábeis pela Diretoria, recomendado pela Resolução CFC nº 1.121/2008 – NBCT 1, e pela Deliberação CVM nº 530/2008.

Como resultado dos exames realizados, apresentamos relatório circunstanciado, contendo nossas recomendações sobre os principais pontos observados no transcorrer dos trabalhos.

Sendo só o que nos propunha, permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer outros esclarecimentos, se julgados como necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Recebi em
03/06/2019


Antônio Rocha de Souza
Contador CRC-RO nº. 28


Marcelo Antonio L. Figueira
Controlador Interno
SOPH/RO

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2018.**

Em 31 de Maio de 2019.

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	PÁGINA
I.	OBJETIVO DOS TRABALHOS.....	03
II.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	03
	• Balanço Patrimonial.....	04
	• Demonstração do Resultado do Exercício.....	05
	• Demonstrações dos Fluxos de Caixa.....	06
	• Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	07
	• Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	08
	• Tomadas de Decisão com base na Análise das Demonstrações Financeiras	11
	• Relatório do Auditor Independente.....	14
III.	COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS EXAMES E SALDOS DAS CONTAS.....	18

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE AUDITORIA INDEPENDENTE
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS LEVANTADAS PARA O
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

I. OBJETIVOS DOS TRABALHOS

Nossos exames tiveram como principal escopo a revisão dos procedimentos de controles internos, dos registros contábeis e legais, pertinentes, bem como a verificação da regularidade e do suporte documental das operações da entidade, quanto a sua razoabilidade e compatibilização com a atividade fim.

Assim o programa de trabalho não se estendeu a todas as áreas de controle da Empresa, pois foram desenvolvidos de forma seletiva e aleatória, na extensão julgada como necessária nas circunstâncias.

II. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Apresentamos, neste tópico, as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018 comparadas com as de 2017, já ajustadas com base nos principais ajustes realizados no transcorrer dos trabalhos.

Nossa opinião sobre as referidas demonstrações consta do Relatório do Auditor Independente, datado de 27 de maio de 2019, anexo às demonstrações contábeis.

AUDINDERON - AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza - Auditor Independente

CRC - RO Nº 28 - CVM Nº. 5843 - CNAI/Nº 87

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

C.N.P.J Nº 02.278.152/0001-86

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

CONTAS		2018	2017	CONTAS		2018	2017
ATIVO				PASSIVO			
CIRCULANTE	DISPONIBILIDADES	13.918.307,32	17.048.657,35	CIRCULANTE			
	CLIENTES	246.601,37	1.331.139,39	FORNECEDORES		413.673,18	1.142.472,81
	ALMOXARIFADO	649.008,06	645.424,17	OBRIGAÇÕES E PROV. TRABALHISTAS		4.261.226,95	1.661.580,31
	IMPOSTOS A RECUPERAR	2.323.089,09	2.325.809,99	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		3.234.905,47	3.112.328,83
	ADIANTAMENTOS A RECUPERAR	35.715,02	23.045,63	CREDORES P/ DEPÓSITOS CAUCIONADOS		43.906,25	1.390.559,79
DEPÓSITO BANCÁRIO JUDICIAL		-	1.781.150,22	CONTAS A PAGAR		25.671,93	-
	DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	3.250,00	-	RECEITAS ANTECIPADAS		15.747,11	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		17.175.970,86	23.155.226,75	TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		7.995.130,89	7.306.941,74
NÃO CIRCULANTE	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			NÃO CIRCULANTE			
	DEPÓSITO BANCÁRIO JUDICIAL	1.655.789,24	-	OBRIGAÇÕES P/ CONVÊNIO		101.999,40	101.999,40
	IMOBILIZADO			IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES		4.193.289,29	4.193.289,29
	BENS MÓVEIS	3.332.160,08	3.311.666,08	TERMO COMPROMISSO SEP Nº 003/2014		11.990.473,18	15.749.363,29
	(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	-2.442.917,03	-2.090.429,57	FUNDO DE INV. DESENV. DO EST. RO.		1.739.948,73	-
BENFEITÓRIAS EM BENS DE TERCEIROS		15.779.382,99	11.923.898,72	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		18.025.710,60	20.044.651,98
	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	-2.797.358,14	-2.223.774,88	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	BENS INTANGÍVEIS	4.084,53	43.839,70	CAPITAL SOCIAL		2.700.000,00	2.700.000,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		15.531.141,67	10.965.200,05	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR		140.000,00	140.000,00
TOTAL DO ATIVO		32.707.112,53	34.120.426,80	RESERVA LEGAL		3.846.271,04	3.928.833,08
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.686.271,04	6.768.833,08
				TOTAL DO PASSIVO		32.707.112,53	34.120.426,80

As Notas Explicativas são Partes Integrantes das Demonstrações Contábeis

FRANCISCO LEUDO BURITI DE SOUSA

CPF Nº 228.955.073-68

Diretor Presidente

JOÃO BOSCO DE ARAÚJO

CPF Nº 656.430.032-87

Diretor Administrativo Financeiro

MARIA ELENITA FERREIRA DO NASCIMENTO

CPF Nº 026.444.952-53

Tec. Contábil - CRC nº 131/0-6 - RO.

Rua Máteelal Deodoro, 2702 - Centro.

CEP 76.801-260 - Porto Velho - RO. Fones (069) 3221-3316/9.9983-0071 - e-mail:

profrocinha@hotmail.com

AUDINDERON - AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza - Auditor Independente

CRC - RO Nº 28 - CVM Nº. 5843 - CNAI/Nº 87

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

CNPJ Nº 02.278.152/0001-86

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DESCRIÇÃO	2018	2017
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Receitas de Serviços	8.021.669,12	8.378.361,45
DEDUÇÕES DAS RECEITAS BRUTAS		
Impostos Incidentes	-778.214,00	-984.986,43
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	7.243.455,12	7.393.375,02
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	-5.495.569,32	-5.670.112,08
LUCRO BRUTO	1.747.885,80	1.723.262,94
RECEITAS/DESPESAS	-2.049.390,97	-1.989.923,71
Administrativas	-6.629.006,55	-4.764.713,02
Tributárias	-	-114.766,24
Despesas/Receitas Financeiras/Comerciais	626.216,50	-256.589,63
Outras Receitas	3.953.399,08	3.146.145,18
LUCRO/PREJUÍZO	-301.505,17	-266.660,77
(Despesas /Receitas)		
LUCRO/ PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-301.505,17	-266.660,77
Provisão para Contribuição Social		
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR.	-301.505,17	-266.660,77
Provisão para Imposto de Renda		
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	-301.505,17	-266.660,77

As Notas Explicativas são Partes Integrantes das Demonstrações Contábeis

FRANCISCO LEUDO BURITI DE SOUSA

CPF Nº 228.955.073-68

Diretor Presidente

JOÃO BOSCO DE ARAÚJO

CPF Nº 656.430.032-87

Diretor Administrativo Financeiro

MARIA ELENITA FERREIRA DO NASCIMENTO

CPF Nº 026.444.952-53

Tec. Contábil - CRC nº 131/0-6 - RO.

AUDINDERON - AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza - Auditor Independente

CRC - RO Nº 28 - CVM Nº. 5843 - CNAI/Nº 87

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

CNPJ Nº 02.278.152/0001-86

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

DESCRIÇÃO	2018	2017
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de Clientes	7.743.748,94	6.548.676,50
(+) Outros Recebimentos	2.898.220,47	6.328.262,83
(-) Pagamento de Salários e Encargos	7.318.893,89	7.364.858,08
(-) Pagamento de Tributos	0,00	0,00
(-) Pagamento de Fornecedores	3.174.739,07	1.736.894,18
(-) Depósitos Bancário Judicial	101.954,14	479.717,64
(-) Pagamento de Despesas Financeiras	127.559,02	41.851,06
(-) Pagamento de Despesas Administrativas	464.409,64	745.173,36
(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais (1)	(545.586,35)	2.508.445,01
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
(+) Alienação de Imobilizado		
(+) Alienação de Investimentos		
(-) Aquisição de Imobilizado	(2.584.763,68)	(3.097.597,48)
(=) Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (2)	(2.584.763,68)	(3.097.597,48)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
(+) Empréstimos Líquidos Tomados	0,00	0,00
(+) Aumento de Capital	0,00	0,00
(-) Pagamentos de Lucros e Dividendos	0,00	0,00
(-) Juros Pagos por empréstimos tomados	0,00	0,00
(=) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (3)	0,00	0,00
Aumento Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.130.350,03)	(589.152,47)
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	17.048.657,35	17.637.809,82
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do período	13.918.307,32	17.048.657,35
VARIAÇÃO DA CONTA CAIXA	(3.130.350,03)	(589.152,47)

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

FRANCISCO LEUDO BURITI DE SOUSA

CPF Nº 228.955.073-68

Diretor Presidente

JOÃO BOSCO DE ARAÚJO

CPF Nº 656.430.032-87

Diretor Administrativo Financeiro

MARIA ELENITA FERREIRA DO NASCIMENTO

CPF Nº 026.444.952-53

Tec. Contábil - CRC nº 131/0-6 - RO.

AUDINDERON - AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA
 Antônio Rocha de Souza - Auditor Independente
 CRC - RO Nº 28 - CVM Nº 5843 - CNAI/Nº 87

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH				
CNP Nº 02.278.152/0001-86				
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NO ANO DE 2018				
Descrição da Contas/Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Lucros ou Prej. Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2016	700.000,00	140.000,00	4.211.993,00	5.051.993,00
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-16.499,15	-16.499,15
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-266.660,77	-266.660,77
Destinação do Lucro Líquido	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-
Aumento de Capital	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00
Saldo em 31/12/2017	2.700.000,00	140.000,00	3.928.833,08	6.768.833,08
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	218.943,13	218.943,13
Lucro /Prejuízo Líquido do Exercício	-	-	-301.515,17	-301.505,17
Destinação do Lucro Líquido	-	-	-	-
Reserva Legal	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	2.700.000,00	140.000,00	3.846.271,04	6.686.271,04

As Notas Explicativas são partes integrantes das Demonstrações Contábeis

Francisco Leudo Burity de Sousa
 CPF nº 228.955.073-68
 Diretor Presidente

Maria Elenita Ferreira do Nascimento
 CPF nº 026.444.952-53
 Tec. Contábil - CRC nº 131/0-6 - RO.

João Bosco de Araújo
 CPF nº 656.430.032-87
 Diretor Administ. Financeiro

Rua Marechal Deodoro, 2702 - Centro.
 CEP 76.801-260 – Porto Velho – RO, Fones (069) 3221-3316/9.9983-0071 – e-mail:
 profrochinha@hotmail.com

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH

Rua Terminal dos Milagres, 400 – Balsa

CNPJ Nº. 02.278.152/0001-86

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

1. Contexto Operacional

A Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia – SOPH, empresa pública, vinculada à Casa Civil da Governadoria, criada pela Lei nº 729 de 14 de julho de 1997, com jurisdição em todo o Estado, com personalidade jurídica de direito privado, autonomia administrativa, técnica, patrimonial e financeira, tem como principal objetivo, administrar a rede hidroviária interior e a infra-estrutura no Estado de Rondônia.

2. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 – MP 449/2008, Lei nº 11.941/2009, Lei 11.638/2007.

a) Disponibilidades

O saldo das Contas Bancárias se apresenta de acordo com as conciliações bancárias, efetuadas especificamente para cada conta, em conformidade com os registros contábeis, evidenciado nos extratos da conta corrente bancária, em suas respectivas operações.

b) Direitos Realizáveis e Impostos a Recuperar

As contas a receber de clientes estão registradas pelos valores reconhecidos e/ou calculáveis, e são oriundas de prestação de serviços de infra-estrutura portuária, incluídas as rendas de arrendamento e locação. Impostos a recuperar referem-se a imposto de renda e contribuição social os quais deverão ser recuperados, mediante dedução de futuros incidentes sobre futuros lucros tributáveis, através de pedido de restituição/compensação junto a Receita Federal do Brasil.

c) Almoxarifado

Os estoques de almoxarifado, correspondente aos materiais de consumo, foram avaliados pelo custo médio de aquisição, observando-se o critério de custo, sendo adquiridos de acordo com o que preceitua a Lei nº 8.666/93.

d) Ativo Não Circulante

Correspondem aos bens de natureza permanente que integram o patrimônio da sociedade, adquiridos com recursos próprios.

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente

CRC – RO Nº. 28 - CVM Nº. 5843 – CNAI/Nº. 87

Destaque-se que conforme nota explicativa “g” todos os bens adquiridos pela Entidade estão grafados com reserva de domínio.

e) Do Critério de Avaliação dos Bens

O critério de avaliação utilizado é o custo original, líquido de depreciação.

f) Do Método de Depreciação

A depreciação foi calculada pelo método linear, e as taxas aplicadas dentro das expectativas de vida útil dos bens, e em conformidade com as taxas máximas admitidas para fins de dedutibilidade fiscal.

g) Bens Patrimoniais com Reserva de Domínio

A empresa detém direitos de usufruto sobre um vasto acervo patrimonial pertencentes à União e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Social – SEDES.

A empresa quando de sua constituição para fins de efetuar suas operações, celebrou Convênio de Delegação com a União por intermédio do Ministério dos Transportes e o Estado de Rondônia para a administração e exploração do Porto de Porto Velho, o Convênio 006/97.

Também fora objeto do citado convênio, a cessão para usufruto de bens pertencentes à União, e conforme cláusula oitava, parágrafo segundo do Convênio 006/97, todos os bens cedidos pela União, bem como, todos os adquiridos durante a vigência do convênio pela SOPH encontram-se grafados com cláusula de reversão à União.

Quanto aos bens pertencentes a SEDI antiga SUDER (SEAPES/SEDES), estes foram disponibilizados para usufruto desta entidade via Termo de Responsabilidade com o Governo do Estado de Rondônia, onde este faz a cessão som ônus de 05 empilhadeiras e 01 pá carregadeira.

h) Fornecedor

Representam as obrigações com vencimentos futuros, registrados pelos seus valores de face, reconhecidos e/ou calculáveis na data do balanço.

i) Provisão Pessoal e Encargos

Os saldos das contas refletem valores calculados referente a férias inclusive abono constitucional de um terço com base no período aquisitivo que cada empregado incluindo os encargos e acordos trabalhistas vincendos na data do balanço.

j) Receitas Alternativas

Destaca-se no subgrupo “Outras Receitas Operacionais” da peça Demonstração de Resultados dos Exercícios 2018/2017, do resultado operacional da empresa (DRE) a composição das seguintes receitas:

- Investimento em infraestrutura portuária com recursos de Subvenção Federal no montante de R\$ 3.758.890,11;

Rua Marechal Deodoro, 2702 - Centro.

CEP 76.801-260 – Porto Velho – RO, Fones (069) 3221-3316/8414-9430 – e-mail:

profrochinha@hotmail.com

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente

CRC – RO Nº. 28 - CVM Nº. 5843 – CNAI/Nº. 87

- Investimento em infraestrutura portuária com recursos de Subvenção Estadual no montante de R\$ 188.832,91.

k) Parcelamentos Tributários

- Ingresso em 01 de junho de 2017 no Parcelamento PRT Débito Previdenciário junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme comprovante de adesão ao parcelamento recibo nº 00000000170135061317, rescindido em 2018;

- Ingresso em 29 de setembro de 2017 no Parcelamento PERT demais débitos junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conforme comprovante de adesão ao parcelamento recibo nº 00191000172923091221, rescindido em 2018;

- Ingresso em 29 de setembro de 2017 no Parcelamento PERT demais débitos junto a Receita Federal do Brasil, conforme comprovante de adesão ao parcelamento recibo nº 08978399899717421210, rescindido em 2018.

l) Ajustes de Exercícios Anteriores

Reconhecimento na DMPL, dos seguintes valores:

À débito da conta Ajuste Anteriores (PL):

- Processo nº 025/2016 LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS R\$ -1.562,50;

- Processo nº 0040.045716/2017-16 RONDOFORMS IND. GRÁFICA LTDA R\$ -1.500,00;

À crédito da conta Ajuste Anteriores (PL):

- Processo nº 073/2013 AJUSTE DE PARCELAMENTO R\$ -335,25;

- ACORDO FIRMADO CM O GOMO R\$ -217.880,00;

- Processo nº 0040.350884/2018-10 CLARO S/A CONTA INTERNET R\$ - 3.790,38.

Francisco Leudo Buriti de Sousa
CPF nº 228.955.073-68
Diretor Presidente

João Bosco de Araújo
CPF nº 656.430.032-87
Diretor Administrativo Financeiro

Maria Elenita Ferreira do Nascimento
CPF nº 026.444.952-53
Téc. Contabilidade – CRC – 131/0-6-RO.

TOMADAS DE DECISÃO COM BASE NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2018.

A Contabilidade é de grande importância na tomada de decisão de uma empresa, principalmente quando complementada pela análise das Demonstrações Financeiras, onde é possível conhecer as perspectivas de resultado futuro, verificar o nível das dívidas com terceiros, além de influenciar na decisão dos gestores. Apresentamos a seguir os conceitos e as medidas mais usuais para avaliação das empresas.

1. ANÁLISE DE LIQUIDEZ

A análise de liquidez indica a capacidade de uma empresa em solver seus compromissos assumidos com terceiros.

1.1 Capital de Giro - CG

$$\text{CG} = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$$

$$\text{CG} = \text{R\$ } 17.175.971 - \text{R\$ } 7.995.137 = \text{R\$ } 9.180.834$$

O valor positivo de R\$ 9.180.834 indica que a empresa tem mais direitos de curto prazo, ou seja, a cada R\$ 1,00 de débito contraído, a empresa dispõe de R\$ 2,15 para cumprir seus compromissos.

1.2 Índice de Liquidez Geral

$$\text{Índice de Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a L. Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a L. Prazo}}$$

$$\text{ILG} = (\text{R\$ } 17.175.971 + 1.865.789) / (\text{R\$ } 7.995.137 + 18.025.711) = 0,74$$

O índice acima demonstra quanto a empresa possui em bens e direitos e a realizar para quitar suas obrigações com terceiros.

1.3 Índice de Liquidez Seca e Corrente

$$\text{Índice de Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoque}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILS} = (\text{R\$ } 17.175.971 - \text{R\$ } -0-) / \text{R\$ } 7.995.137 = \text{R\$ } 2,15$$

Considerando o estoque como fonte de incertezas, mesmo que parem as vendas, pode-se dizer que a empresa não terá condições de saldar suas dívidas, já que o ativo circulante é menor do que o passivo circulante.

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{ILC} = (\text{R\$ } 17.175.971) / \text{R\$ } 7.995.137 = \text{R\$ } 2,15$$

A cada R\$ 1,00 que sai do caixa no curto prazo, temos R\$ 2,15 para entrar no caixa.

1.4 Índice de Liquidez Imediata

$\text{Índice de Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidade}}{\text{Passivo Circulante}}$

ILM = R\$ 13.018.307 / R\$ 7.995.137 = R\$ 1,63

O índice acima demonstra quanto à empresa possui em caixa e bancos para quitar suas obrigações com terceiros.

2. ÍNDICE DE ROTATIVIDADE

O índice de rotatividade objetiva demonstrar a rotação do estoque e a relação existente entre os prazos de recebimento e de pagamento, objetivando uma melhor gestão.

2.1 Rotação de Contas a Receber

$\text{Rotação de Contas a Receber} = \frac{\text{Duplicatas a Receber}}{\text{Vendas Médias Diárias}}$

Duplicatas a Receber = 246.601

Vendas Médias Diárias = 22.283

RCR = R\$ 246.601 / R\$ 22.283 = 12 dias

Considerando que a média de vendas diárias é de R\$ 22.283 e o total de contas a receber gira em torno de R\$ 246.601, a empresa demorará 12 dias para receber suas vendas. O aumento nesse índice significa um atraso relativo ao recebimento das contas.

2.2 Rotação de Pagamentos

$\text{Rotação de Pagamentos} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras Diárias}}$

Fornecedores = R\$ 413.673

Compras Médias Diárias = R\$ 15.265

RP = R\$ 413.673 / 15.265 = 28 dias

Considerando que a média de compras diárias é de R\$ 15.265 e o total de contas a pagar se acha em torno R\$ 413.673, a empresa demorará 28 dias para liquidar suas dívidas com fornecedores. Uma empresa tem que receber em menor prazo e pagar em maior prazo.

2.3 Rotação do Estoque

$\text{Índice de Rotação dos Estoques IRE} = \frac{\text{Vendas Anuais}}{\text{Estoque Médio}}$

Rua Marechal Deodoro, 2702 - Centro.

CEP 76.801-260 – Porto Velho – RO, Fones (069) 3221-3316/8414-9430 – e-mail:

profrochinha@hotmail.com

IRE = Cálculo não aplicável

O estoque médio é o saldo do balanço.

Quanto maior o índice do IRE, maior a liquidez do estoque, ou seja, indica que a empresa está com um bom giro de estoque.

2.4 Rotação do Ativo

$$\text{Rotação do Ativo} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Vendas Mensais}}$$

Ativo Total = R\$ 32.707.112

Vendas Mensais = R\$ 2.755.593

Rotação do Ativo = R\$ 32.707.112 / R\$ 2.755.593 = R\$ 12,00

Quantidade de mês necessário para cobrir o patrimônio global da empresa, quanto menor melhor. No entanto faz-se necessário acompanhar a elevação do ativo.

3. ÍNDICE DE RENTABILIDADE

Objetiva demonstrar o retorno do investimento, ou seja, o crescimento patrimonial.

3.1 Margem Líquida de Vendas

$$\text{Margem Líquida das Vendas} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas}}$$

Lucro Líquido = Não houve

Vendas = R\$ 8.021.669

Margem Líquida das Vendas = Não aplicável

Quantidade de unidade de reais “de lucro” contido nas Vendas.

3.2 Rentabilidade do Ativo

$$\text{Rentabilidade do Ativo} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo}}$$

Lucro Líquido = Não houve

Ativo = R\$ 32.707.112

Rentabilidade do Ativo = Não aplicável

Quantidade de unidades de reais “de lucro” contido no Ativo.

3.3 Retorno de Investimento

$$\text{Retorno do Investimento} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Lucro Líquido = Cálculo não aplicável

Retorno de Investimento -0-

Representa o percentual de lucratividade obtida pelo Patrimônio Líquido.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE
AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

Aos

Diretores da

SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH
PORTO VELHO – RO.

Opinião com Ressalva

Examinei as demonstrações contábeis da **SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, para os exercícios findos naquelas datas, bem como as Correspondentes Notas Explicativas incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em minha opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na Seção a seguir, intitulada “Base para opinião com Ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SOCIEDADE DE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH**, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, e o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis

Os controles existentes na área do imobilizado, apresentam-se insuficientes para permitir uma apreciação integral e adequada, mesmo que através de procedimentos alternativos de auditoria.

A falta desses controles também impossibilitou as análises de indicadores de Perdas do valor recuperável destes bens, para identificar a necessidade ou não de registro de provisão para redução ao valor recuperável (Impairment – Test), de Ativos e recuperação destes ativos, na forma das práticas contábeis Nacionais e Internacionais (CPC 01, Impairment e CPC 12, AVP).

Pela impossibilidade de proceder os ajustes contábeis, pois a Empresa não procedeu a regularização dos Controles Patrimoniais, esses procedimentos poderão contribuir para que ocorram efeitos relevantes na Posição Patrimonial da Empresa.

Minha auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria.

Minhas responsabilidades, em conformidade com tais Normas, estão descritas na Seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do Auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis”. Sou independente em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpro com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acredito que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar minha Opinião com Ressalva.

• Outras informações que acompanham as Demonstrações Contábeis e o relatório do auditor - ênfase

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações, que compreendem a elaboração de Quadros Demonstrativos com dados do Plano de Trabalho da Execução Físico – Financeira de Prestação de Contas Mensal do Termo de Compromisso SEP nº 003/2014 – Termo Aditivo nº 01, processo SEP nº 00045.00329/2013-87, que tem por objeto a aquisição de equipamentos e execução de obras civis e navais com vistas à modernização e adequação de capacidade do Porto Organizado de Porto Velho, no Estado de Rondônia, conforme detalhado nas metas:

Meta I – Aquisição de Equipamentos;

Meta II – Projetos Navais;

Meta III – Projetos Civis;

Meta IV – Execução de obras navais e civis.

Examinei também as planilhas e Quadros Comparativos de Usos e Fontes da composição dos quadros que demonstram a prestação de contas mensal, estipulada no Plano de Trabalho.

Minha opinião sobre as Demonstrações Contábeis abrange o Relatório da Administração sobre prestação de contas contidas no Plano de Trabalho apresentado pela Diretoria.’

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Contábeis, minha responsabilidade é de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as Demonstrações Contábeis ou com o meu conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, apresentam estar distorcidas de forma relevante.

Não examinei, nem foram examinadas por outros Auditores Independentes, as Demonstrações Contábeis do Exercício de 2017, cujos valores foram apresentados para fins comparativos, e conseqüentemente, não emiti opinião sobre elas.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis.

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que

apresentam uma visão verdadeira e justa, e para isso definiu modelo padrão de apresentação de forma transparente recomendado pela resolução CFC 1121/2008- NBCT 1, pela deliberação CVM Nº 539/2008, e pelos Controles Internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis.

Meus objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo minha opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da Auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exerci julgamento profissional e mantive ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Obtive entendimento dos Controles Internos relevantes para auditoria e planejar procedimentos de auditoria apropriados às demonstrações contábeis, circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficiência dos Controles Internos da Empresa.
- Avaliou-se a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliei a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comuniquei-me com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das comunicações significativas de auditoria,

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

Antônio Rocha de Souza – Auditor Independente

CRC – RO Nº. 28 - CVM Nº 5843 – CNAI Nº 87

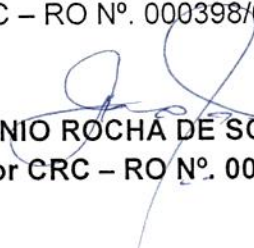
inclusive as eventuais deficiências significativas nos Controles Internos que identifiquei durante os meus trabalhos.

Forneci também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpri com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comuniquei todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, minha independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Velho – RO, 27 de maio de 2019.

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

CRC – RO Nº. 000398/0-3



ANTÔNIO ROCHA DE SOUZA
Contador CRC – RO Nº. 00028/0-5

SOCIEDADE PORTOS E HIDROVIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA - SOPH
CNPJ Nº. 02.278.152/0001-86**III. COMENTÁRIOS E RECOMENDAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS EXAMES E SALDOS DAS CONTAS.**

Apresentamos a seguir a composição dos principais saldos apresentados contabilmente, bem como, nossos comentários a respeito.

1. CAIXA E BANCOS

Sua formação era a seguinte: 2018

• Caixa	R\$	532,36
• Bancos	R\$	<u>13.917.774,96</u>
• TOTAL	R\$	13.918.307,32

Para os saldos bancários, nossos exames consistiram no confronto direto com os extratos emitidos pelas instituições financeiras, bem como, das verificações das reconciliações bancárias.

2. CLIENTES

Os controles da área de contas a receber de um modo geral são satisfatórios. As rotinas de fluxo da documentação se processam de modo aceitável. Foi efetuada a circularização para confirmação dos saldos, os quais não foram confirmados pelos clientes. Saldo constante do Balanço Patrimonial R\$ 246.601,37.

3. IMOBILIZADO

A Empresa registrou contabilmente, sob a rubrica do imobilizado o valor de R\$ 13.875.362,43 líquido de depreciação, demonstrado no balanço patrimonial. Entretanto, os controles internos existentes na área do imobilizado, apresentam-se insuficientes para permitir uma apreciação integral e adequada. A falta de conclusão pela empresa no processo de adaptação e padronização dos procedimentos contábeis para a adoção das Normas Internacionais aplicadas as empresas de um modo geral, que incluem a revisão dos critérios utilizados para determinação da vida útil e econômica dos seus bens do Ativo Imobilizado e as análises de indicadores de perdas ao valor recuperável destes bens, para identificar a necessidade ou não de registro de Provisão para Redução ao Valor Recuperável (Impairment), CPC 01.

4. PASSIVO, FOLHAS DE PAGAMENTO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO, RECEITAS E DESPESAS.

Analisando os procedimentos de controle interno nas áreas mencionadas, verificamos no tocante aos procedimentos em vigor no setor de pessoal que garante um controle satisfatório sobre as admissões e demissões, e que os salários pagos correspondem aos salários autorizados. Nossos exames revelam que no ano de 2018, a movimentação de admissão e demissão de empregados foi à seguinte:



Rua Marechal Deodoro, 2702 - Centro.

CEP 76.801-260 – Porto Velho – RO, Fones (069) 3221-3316/9.9983-0071 – e-mail:

profrochinha@hotmail.com

DESCRIÇÃO	ANO 2018
Número de empregados no início do ano	83
Admitidos	12
Demitidos	12
Número de empregados no final do ano	83

Isto significa dizer que o quantitativo de funcionários se manteve. Quanto às atividades e operações insalubres de que trata a Norma Regulamentadora (NR-16), da Portaria 3.214/79 e do capítulo V do título II da CLT, não foi possível verificar se os funcionários foram beneficiados com a remuneração devida.

No tocante aos demais compromissos da empresa referente a impostos, contas a pagar fornecedores e outros, observamos que os controles são satisfatórios. Os saldos das contas de fornecedores não foram confirmados por cartas circuladas.

Com relação às RECEITAS e DESPESAS, destacamos que o processo de contabilização das vendas se processa de forma adequada e registraram os custos e despesas correspondentes, adequadamente.

5. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

O relatório dos processos judiciais fornecidos pela Assessoria Jurídica da empresa deveria informar que em 31/12/2018, não existia processo que justificasse a constituição de provisão para contingência. Entretanto, o referido relatório não foi enviado à auditoria independente.

Na data das Demonstrações Contábeis, a Entidade não apresentou Provisão para Riscos Cíveis e Trabalhistas, passivos correspondentes aos prováveis desembolsos para pagamento de ações judiciais.

As demandas judiciais trabalhistas consistem principalmente em reclamações de empregados da Entidade e de empresas terceirizadas, onde a Entidade responde na condição de solidária. Essas reclamações estão vinculadas a disputas sobre o montante pago durante a vigência do Contrato de Trabalho ou sobre demissões.

6. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após o encerramento do Balanço Patrimonial de 2018 até a data do encerramento dos trabalhos de auditoria não houve eventos que justificassem o registro. Entretanto, o processo de avaliação dos potenciais efeitos relativos as convergências das práticas contábeis adotadas no Brasil, desde o exercício de 2009 e, até o exercício de 2018, não foi realizado a Redução ao valor Recuperável do Ativo (CPC 01), e o ajuste a valor presente (CPC 12).

7. SEGUROS

A Entidade tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos ou responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de trabalho de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No transcorrer de nossos trabalhos, identificamos alguns pontos fracos dos controles internos que mereciam ser relatados para as devidas providências e regularização.

8.1. Concluir o processo de informatização de Controle Patrimonial do Ativo Imobilizado, sendo que para isso, é necessário um novo inventário dos bens patrimoniais, dando uma posição atualizada;

8.2. Uma das mudanças ocorridas após a Lei nº. 11.638/2007 foi à exigência de que as empresas ou instituições apurem o valor do ajuste a valor presente (AVP), nas Contas do Ativo e Passivo não Circulante e apurem a Redução ao valor recuperável de Ativos (Normas Internacional de Contabilidade – CPC 01 (Impairment) e CPC 12 (AVP)). Para execução desse trabalho, recomenda-se a constituição de uma comissão ou a contratação de uma empresa especializada. A adoção da Lei nº 12.973 de 13/05/2014, a partir de 2015, ilustrará melhor a avaliação dos bens do Ativo Imobilizado.

8.3. Para regularização do Controle Patrimonial, recomenda-se a utilização do livro “Manual de Gestão e Controle de Ativos imobilizações – Teoria Prática” SAGE IOB, autores: Clóvis Luiz Padoveze, Gideon Carvalho de Benedicto e Goulart da Silva Jerônimo Leite.

Assim, recomenda-se que estas sugestões devem ser objeto de discussão entre a Diretoria da Empresa e as áreas afins, visando constante aprimoramento dos controles internos existentes, bem como a implantação dos que foram sugeridos.

Lembramos, por fim, que permanecemos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos julgados necessários, bem como aqueles que não tenham sido abordados de forma elucidativa.

Porto Velho – RO, 31 de maio de 2019

AUDINDERON – AUDITORES INDEPENDENTES DE RONDÔNIA

CRC – RO Nº. 000398/0-3


Antônio Rocha de Souza
Contador CRC – RO Nº. 28

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA****CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDÔNIA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.

**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RO**

Certidão n.º: RO/2019/00004850
Nome: ANTONIO ROCHA DE SOUZA CPF: 003.137.002-06
CRC/UF n.º RO-000028/O Categoria: CONTADOR
Validade: 01.09.2019
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página <http://201.33.23.187/spwRO/principal.htm>, mediante número de controle a seguir:

CPF : 003.137.002-06 Controle : 2113.2740.2740.3368